

Bancos não querem dar tudo que o Brasil pede

WASHINGTON (da enviada especial) — Os bancos credores da dívida externa brasileira querem que os organismos oficiais de crédito, como as agências vinculadas ao Clube de Paris e o Banco Mundial, aumentem seus financiamentos ao País, permitindo redução no volume de recursos que lhes foi solicitado pelo Governo brasileiro para o refinanciamento de juros até 1989. A iniciativa de estabelecer um Grupo de Trabalho técnico para analisar o pedido de US\$10,4 bilhões apresentado pelo Brasil e a possibilidade de maior participação dos organismos oficiais na concessão de novos créditos ao País foi o primeiro movimento concreto de reação dos credores à proposta brasileira.

Na reunião, realizada na última sexta-feira, os membros do comitê credor deixaram claro a disposição de pressionar os organismos oficiais de crédito a emprestarem mais recursos ao Brasil. Essas pressões devem recair diretamente sobre as agências de financiamento de comércio ligadas aos países do Clube de Paris, que fecharam as portas ao

Brasil após a declaração de moratória aos juros da dívida de médio e longo prazo desde o dia 20 de fevereiro passado. E o que os credores chamam de "divisão de encargos", como explicou o Assessor Especial do Ministérios da Fazenda, Fernão Bracher.

Se, por outro lado, as pressões dos credores privados coincidem com os interesses do Governo brasileiro de receber maiores volumes de financiamento de organismos oficiais, há pontos divergentes em questão. O grupo de trabalho montado para estudar a possibilidade de uma presença mais ativa dos órgãos oficiais nos financiamentos ao País, terá de se haver também com justificativas consistentes para sustentar o pedido oficial do Brasil de contar com financiamentos globais de US\$10,4 bilhões, no período de 87 a 89. Os credores querem saber detalhes sobre as projeções que sustentam esse pedido, abrindo a possibilidade de contestá-lo, caso não se convençam das justificativas técnicas apresentadas.

Fernão Bracher apresentou argumento favorável ao pedido brasilei-

ro, ainda na reunião da última sexta-feira. Segundo ele, os bancos credores concederam, para os anos de 83 e 84, cerca de US\$11 bilhões ao Governo brasileiro, à época em que o Presidente era João Figueiredo. O pedido de US\$10,4 bilhões, segundo Bracher, não só inclui três anos, ao invés de dois, como significa, se for levada em consideração a inflação do período, cerca de um terço a menos, em termos reais, ao montante concedido pelos credores em 83.

A decisão de incluir também o ano de 1989 foi longamente amadurecida pelos negociadores brasileiros, explicou Bracher. Ele admitiu, entretanto, que alterações de última hora foram introduzidas na proposta brasileira poucos minutos antes do início da reunião com os credores. Bracher esclareceu, ontem de manhã, que, do total de sete horas de duração do encontro com o comitê credor, apenas três horas foram efetivamente de reunião, já que o restante do tempo foi consumido pelos membros do comitê em reuniões isoladas da delegação brasileira.